



Edital do Concurso Público nº 011/2019 -RERRATIFICADO

A Prefeitura Municipal de Taubaté, Estado de São Paulo, torna público que realizará por meio da EXCELÊNCIA SELEÇÕES & CONCURSOS PÚBLICOS LTDA - ME, na forma prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e regida de acordo com as Leis Municipais pertinentes, a abertura de inscrições do CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS visando selecionar candidatos para o preenchimento de Cargos públicos especificadas no Item 1.1 deste Edital. O Concurso Público será regido pelas instruções a seguir:

1 - DOS CARGOS PÚBLICOS

1.1-Os Cargos a serem providos, a quantidade de vagas, o salário base, a carga horária de trabalho, os requisitos mínimos e a taxa de inscrição são os seguintes:

CARGO PÚBLICO	VAGAS	SALÁRIO BASE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS MÍNIMOS	TAXA DE INSCRIÇÃO
Auditor Junior	01	R\$ 2.405,12+ 40% de ANU ¹	40 Horas Semanais	Nível Universitário em Administração, Direito, Economia ou Ciências Contábeis; Inscrição no Órgão de Classe.	R\$ 15,65
Auditor Pleno	01	R\$ 2.923,63+ 40% de ANU ¹	40 Horas Semanais	Nível Universitário em Administração, Direito, Economia ou Ciências Contábeis; Inscrição no Órgão de Classe.	R\$ 15,65
Dentista PSF	01	R\$ 5.250,83+ 40% de ANU ¹	40 Horas Semanais	Nível Universitário compatível com o cargo; Inscrição no Órgão de Classe.	R\$ 15,65
Médico Necropsista	01	R\$ 3.553,80+ 40% de ANU ¹	20 Horas Semanais	Nível Universitário compatível com o cargo; Título de Especialista em Necropsia reconhecido pelo CREMESP, Inscrição no Órgão de Classe.	R\$ 15,65

- (1) ANU (Adicional de Nível Universitário)
- **1.2 -** A Prefeitura Municipal de Taubaté estima convocar, durante o prazo de vigência do concurso público, a quantidade de candidatos discriminada na Coluna "Vagas" do quadro constante do item 1.1 deste Edital.
- **1.3 -** A Prefeitura Municipal de Taubaté poderá, durante a vigência deste concurso público, convocar candidatos classificados até o limite de vagas existentes ou que venham a ser criadas para os referidos cargos em seu Quadro de Pessoal, de acordo com suas necessidades.
- 1.4 As atribuições dos cargos são aquelas descritas no Anexo I deste Edital.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **2.1 -** O Concurso Público será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será organizado pela empresa Excelência Seleções & Concursos Públicos Ltda. ME, sediada à Rua Arapongas, nº 60, Zona 08 Maringá PR CEP 87.050-420.
- **2.2 -** O presente Concurso Público será regido pelas instruções especiais constantes no presente Edital, elaborado em conformidade com os ditames das Legislações Federais e Municipais vigentes e pelas normas cabíveis que vierem a surgir.
- 2.3 Os Cargos e as vagas estão disponíveis no Item 1.1 do presente Edital.
- 2.4 O Concurso Público compreenderá a aplicação de Prova Escrita Objetiva, de caráter classificatório e eliminatório.
- 2.5 As provas serão realizadas na cidade de Taubaté SP, por definição conjunta da Prefeitura do Município de





Taubaté - SP e da empresa organizadora, Excelência Seleções & Concursos Públicos Ltda. - ME.

- 2.6 O edital completo e respectivas retificações serão publicadas no site www.institutoexcelenciapr.com.br.
- **2.7 -** Os meios oficiais de divulgação dos atos deste Concurso Público serão, em jornal com circulação no município, Diário Oficial do Município e no site da organizadora www.institutoexcelenciapr.com.br.
- **2.8 -** É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público/ou a divulgação desses documentos através do site www.institutoexcelenciapr.com.br e demais meios oficiais de divulgação definidos no **item 2.7.**
- 2.9 Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Brasília.

3 - REQUISITOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

- **3.1 -** São condições para ingresso no serviço público:
- 3.1.1 Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal 70.436/72.
- 3.2 São requisitos para nomeação:
- 3.2.1 Ser aprovado neste Concurso Público;
- 3.2.2 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos e máximo de 74 (setenta e quatro) anos;
- **3.2.3 -** Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo mediante confirmação de exame médico admissional;
- 3.2.4 Estar quite com o Serviço Militar, se, do sexo masculino;
- 3.2.5 Estar no gozo dos direitos civis e políticos;
- 3.2.6 Atender as condições, escolaridade e requisitos prescritos para o cargo;
- **3.2.7 -** Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental;
- **3.2.8 -** Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de cargos, empregos e funções ressalvados os casos contidos nas alíneas "a", "b" e "c", inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários.
- **3.2.9 -** Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo cargo, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória.
- **3.3 -** Os requisitos citados acima, assim como os dispostos no **Item 1.1** deste Edital são essenciais para provimento do cargo, devendo o candidato na ocasião da convocação, apresentar os documentos exigidos na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Taubaté SP. No caso do não cumprimento das referidas exigências, o candidato perderá o direito à vaga.

4 - DAS INSCRIÇÕES

- **4.1 -** As inscrições serão realizadas pela internet, conforme item **4.2.** Não serão admitidas inscrições pelo Correio, Fax, E-mail ou outra forma diferente da definida no item **4.2.**
- **4.2 -** Será admitida a inscrição apenas via INTERNET, no endereço eletrônico www.institutoexcelenciapr.com.br, a partir do dia **02/10/2019** até o dia **17/11/2019** desde que efetue o pagamento até o dia **18/11/2019** através de "Boleto Bancário" a ser emitido após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição.
- **4.2.1** A inscrição efetuada via internet somente será validada após a constatação do pagamento do **boleto bancário** referente à taxa de inscrição dentro do prazo estabelecido pelo presente Edital.
- **4.2.2 -** Não serão considerados válidos pagamentos do boleto após o prazo do seu vencimento ou com valores divergentes.
- 4.2.3 A única forma de pagamento da taxa de inscrição é através do boleto bancário.
- **4.2.4 -** É de responsabilidade exclusiva do candidato, observar os dias e horários de funcionamento da rede bancária credenciada, para o pagamento da taxa de inscrição.
- **4.2.5 -** Não serão acatadas inscrições cujo pagamento do valor da inscrição tenha sido efetuado em desacordo com as opções oferecidas no ato do preenchimento da inscrição via internet, seja qual for o motivo alegado.
- **4.2.6 -** A **Excelência Seleções** não se responsabiliza por inscrições via internet, não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilite a transferência dos dados, salvo por culpa exclusiva da instituição organizadora.
- **4.2.7 -** Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o site www.institutoexcelenciapr.com.br. Em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá consultar a "Área do Candidato" de como realizar a sua Inscrição, disponível na página inicial do site ou entrar em contato com a empresa através do e-mail contato@institutoexcelenciapr.com.br ou através do telefone (44) 3026-1016.
- 4.2.8 Os valores de inscrição pagos em desacordo com o estabelecido neste Edital não serão devolvidos.





- **4.2.9 -** Os candidatos poderão se inscrever para mais de um cargo, sob sua responsabilidade, devendo verificar para tanto a compatibilidade de horários das provas de cada um deles, ciente de que não haverá a possibilidade de reembolso do valor pago a título de taxa de inscrição.
- **4.3** O candidato desempregado que preencher os requisitos do Decreto Municipal nº 14.389, 29 de Novembro de 2018, do município de Taubaté, Estado de São Paulo, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição das vagas disponíveis neste Concurso Público, na seguinte conformidade:
- 4.3.1- Não estiver exercendo atividade remunerada com registro em Carteira de Trabalho;
- 4.3.2- Não for Servidor Público;
- 4.3.3- Não possuir qualquer registro como Autônomo;
- **4.4 -** O candidato que necessite solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, para se submeter às provas e demais etapas, previstas neste Edital, no período de **02/10/2019 a 10/10/2019** deverá enviar via correio por Sedex ou carta registrada para Excelência Seleções & Concursos Públicos , Rua Arapongas, 60, Zona 08, Maringá-PR , Cep-87.050-420 , o **anexo V,** devidamente preenchido juntamente com os documentos que justifiquem a solicitação.
- 4.5- O Requerimento deverá estar acompanhado, obrigatoriamente de:
- 4.6- Candidatos Desempregados:
- 4.6.1- Cópia do requerimento de inscrição;
- **4.6.2** Cópia da carteira de trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;
- 4.6.3 Declaração informando não ser servidor público;
- 4.6.4 Declaração informando que não possui qualquer registro como Autônomo;
- **4.7 -** As informações prestadas no requerimento de isenção de taxa de inscrição, bem como toda a documentação apresentada são de inteira responsabilidade do candidato.
- **4.7.1** A declaração falsa implicará no cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;
- **4.7.2-** Exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;
- **4.7.3-** Declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação;
- 4.8 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:
- 4.8.1 Omitir informações;
- 4.8.2 Fraudar e/ou falsificar documentação;
- 4.8.3 Pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou
- 4.8.4 Entregar o pedido de isenção fora do prazo previsto neste Edital.
- **4.9 -** A empresa Excelência Seleções e Concursos Públicos Ltda ME avaliará os pedidos de isenção e publicará sua decisão no *site* <u>www.institutoexcelenciapr.com.br</u> no dia 11 de novembro de 2019.
- **4.10 –** O candidato que tiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o indeferimento da Isenção.
- **4.11 -** Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar deste Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 18 de novembro de 2019, conforme subitem **4.2.**

5 - DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

- **5.1** Do total das vagas ofertadas, 5% (cinco por cento) será reservado para pessoas com deficiência, em cumprimento ao que assegura o art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal 9.508/18, observando-se a compatibilidade de condição especial do candidato com as atividades inerentes às atribuições do cargo para o qual concorre, no prazo de validade do presente CONCURSO PÚBLICO.
- **5.2-** Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste Edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
- **5.2.1-** A primeira vaga reservada às pessoas com deficiência surge após a 20ª nomeação e assim sucessivamente, observadas as vagas existentes por cargo.
- **5.3-** Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça STJ.
- **5.4-** As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, participarão do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere





ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.

- 5.5- O candidato portador de deficiência deverá enviar, via correio no período de 02/10/2019 a 18/11/2019, especificando que deseja concorrer às vagas reservadas. Deverá providenciar a documentação exigida no item 5.6 e preencher o formulário (Anexo IV) deste Edital, e enviar os documentos no endereço a seguir : Excelência Seleções & Concursos Públicos Ltda, Rua Arapongas, 60, Zona 08, Maringá-PR, Cep- 87.050-420.
- **5.6-** Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, conforme data de postagem verificada pelo carimbo dos Correios, obrigatoriamente acompanhado do formulário (**Anexo IV**) e com os documentos a seguir, sob pena de indeferimento:
- a) Laudo Médico expedido no prazo máximo de 06 (seis) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão, <u>anexando ao Laudo Médico as seguintes informações</u>: nome completo, número do documento de identidade (RG), número do CPF e nome do CONCURSO PÚBLICO, nome do cargo pretendido (Anexo IV);
- **b)** O candidato com **deficiência visual** que necessitar de prova especial em Braille ou ampliada ou leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito **(Anexo IV)**, dentro do prazo previsto para envio da documentação.
- c) O candidato com **deficiência auditiva** que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito(**Anexo IV**);
- d) O candidato com **deficiência física** que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá solicitar, por escrito **(Anexo IV)**, mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc.;
- e) O candidato com deficiência que necessitar de **tempo adicional** para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação (Anexo IV) com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, dentro do prazo de envio do laudo.
- **5.7-** Aos **deficientes visuais** (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utilizar-se de soroban.
- **5.8-** Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas nesse sistema. Sua prova ampliada será em fonte 24.
- **5.9 -** O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item **5.6** letra "a", e que, não tenha indicado no ato da inscrição que deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como "concorrendo às vagas reservadas".
- **5.10-** Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados neste Capítulo e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.
- **5.11 -** O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso administrativo em favor de sua condição.
- **5.12** -O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.
- **5.13-** Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
- **5.14 -** A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item **5.6** deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenca CID, bem como a provável causa da deficiência.
- 5.15 Caberá recurso contra decisão proferida pela perícia Médica da Prefeitura Municipal de Taubaté SP.
- **5.16-** A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
- **5.17-** O laudo médico apresentado terá validade somente para este CONCURSO PÚBLICO e não será devolvido.
- **5.18 -** Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.





6 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

- **6.1 -** Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória.
- **6.2 -** Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile ou condicional, sob qualquer pretexto, fora do prazo estabelecido ou que não atenda rigorosamente às disposições contidas neste edital.
- **6.3 -** Não serão aceitas inscrições contendo dados incompletos.
- **6.3.1-** Os dados cadastrais fornecidos pelos candidatos poderão ser retificados no prazo máximo da data recursal das Homologações das Inscrições, posteriormente não serão aceitas alterações.
- 6.4 Efetivado o pagamento da inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração, sob hipótese alguma.
- **6.5 -** No dia da realização das provas, na hipótese em que o nome do candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, a Excelência Seleções procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição. Formulário estará em posse do Coordenador da Excelência Seleções.
- **6.6 -** A inclusão de que trata o item **6.5** será realizada de forma condicional e será confirmada pela Excelência Seleções, na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.
- **6.6.1** Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item **6.5**, a mesma será cancelada, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- **6.7 -** Não haverá devolução da quantia paga a título de inscrição, salvo em caso de não realização do Concurso Público.
- 6.8 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas contidas neste edital.
- **6.9** A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas, implicará no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, após processo administrativo em que se garantam os princípios do contraditório e ampla defesa.
- **6.10 -** A partir do dia 02/12/2019, o candidato deverá conferir no site www.institutoexcelenciapr.com.br, se foi deferido seu requerimento de inscrição.

7 - DAS PROVAS

- 7.1 A aplicação de provas do Concurso Público Edital 011/2019 será constituída por:
- 7.1.1 Prova Objetiva de Múltipla Escolha de caráter classificatório e eliminatório.
- **7.1.2 -** A **Prova Objetiva** conterá 50 (Cinquenta) questões para todos os cargos, com **04** opções de respostas **(a,b,c,d)** cada, com apenas uma opção correta.
- 7.1.3 A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.
- 7.1.3.1 Será considerado habilitado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.
- **7.2 -** A realização da **Prova Objetiva** terá duração de **03 (três) horas**, já incluído o tempo para distribuição e orientações sobre as provas e o preenchimento da Folha de Respostas.
- **7.3 -** As informações sobre Tipos de Provas, Quantidade de Questões e Pontuação é o constante do **Anexo III** do referido Edital.
- 7.4- A Escolaridade Mínima Exigida para o cargo é o constante no item 1.1 do referido Edital.
- 7.5 O Conteúdo Programático para as Provas Objetivas será apresentado no Anexo II.
- **7.6 -** As **Bibliografias Sugeridas** apresentadas no **Anexo II** são apenas sugestões, não sendo de obrigatoriedade ater-se apenas a elas, mas também a outras fontes de estudo.
- **7.7 -** Sempre que o candidato observar qualquer anormalidade em seu Caderno de Prova deverá se manifestar no momento da prova, sob pena de não poder apresentar, posteriormente, eventual recurso junto à banca examinadora.

8 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1- A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia **15/12/2019** no Município de Taubaté - SP, em locais que serão divulgados até 03 (três) dias antes da data de realização da Prova Objetiva, no site www.institutoexcelenciapr.com.br de acordo com a tabela abaixo:

PERIODO	CARGOS
---------	--------





9h00	Auditor Pleno, Dentista PSF e Médico Necropsista
15h00	Auditor Junior

- **8.1.1 -** O candidato deverá comparecer ao local de realização das Provas, com no mínimo, 60 (sessenta) minutos de antecedência, portando documento de identidade original, comprovante definitivo de inscrição (CDI), caneta esferográfica transparente azul ou preta.
- **8.1.1.1** O candidato poderá ausentar-se do recinto de provas, depois de decorridos **01 (uma) hora** do início das mesmas e após **02 (duas) horas** de provas poderá levar consigo o caderno de questões.
- **8.1.1.2** Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala onde estiver sendo realizada a prova somente poderão entregar a respectiva prova e retirar-se do local simultaneamente, após os procedimentos de fechamento do lacre.
- 8.1.2 O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identificação.
- **8.1.3 -** É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no local, data e horário determinado, com todos os custos sob sua responsabilidade.
- **8.1.4 -** O ingresso do candidato na sala onde se realizarão as provas só será permitido no horário estabelecido, mediante a apresentação do Documento de Identidade Oficial com foto (original), preferencialmente o usado na inscrição.
- **8.1.5** O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura. Não serão aceitos como documentos de identificação: CPF (CIC), certidões de nascimento, títulos eleitorais, CNH (modelo antigo, sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem cópias de documentos de identificação, ainda que autenticados, ou protocolos de entrega de documentos.
- **8.1.6** Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (CRM, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97).
- **8.1.7 -** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência policial com data de no máximo 30 dias antes da data de realização das provas, bem como outro documento que o identifique. Nesta ocasião poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas com identificação digital.
- **8.1.8 -** A identificação especial poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.
- **8.2 -** O candidato que não apresentar documento de identidade oficial original, na forma definida nos subitens **8.1.4, 8.1.5, 8.1.6 e 8.1.7** deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- **8.2.1 -** Não serão realizadas provas fora do local, cidade, data e horário determinado.
- 8.2.2 Será excluído deste Concurso Público o candidato que:
- a) Não apresentar documento de identificação exigido:
- b) Não devolver a folha de respostas cedida para realização das provas;
- c) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- **d)** Ausentar-se da sala no período das provas sem acompanhamento do fiscal, ou antes, do tempo mínimo de permanência estabelecido ou portando caderno de questões ou folha de resposta;
- **e)** For surpreendido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, durante a realização da prova;
- f) Tumultuar a realização das provas, podendo responder legalmente pelos atos ilícitos praticados;
- g) Fizer anotações de informação relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
- h) Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões e nas folhas de respostas;
- i) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
- j) Constatado, após as provas por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação





policial, ter o candidato utilizado processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público;

- **k)** Faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e/ou com outros candidatos;
- **8.2.3** Não será permitido ao candidato permanecer no local das Provas Objetivas com aparelhos eletrônicos ligados (bip, telefone celular, relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador etc.). Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, o mesmo deverá estar desligado e, em caso de aparelho telefone celular, retirar a bateria e colocar no envelope de segurança lacrado. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tal ato como tentativa de fraude.
- **8.2.4 -** É expressamente proibido ao candidato permanecer com armas no local de realização das provas, ainda que detenha o porte legal de arma, sob pena de sua desclassificação.
- **8.2.5 -** Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, anotações, impressos, livros ou qualquer outro material de consulta.
- **8.2.6 -** Não será permitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados.
- **8.2.7 -** O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização das provas, sem acompanhamento de fiscal, após ter assinado a lista de presença.
- **8.2.8 -** O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, a folha de respostas e o seu caderno de questões será entregue caso retire do local antes de 02 (duas) horas de provas.
- **8.2.8.1 -** Os cadernos de provas e os gabaritos serão divulgados em até 48 (quarenta e oito) horas no site www.institutoexcelenciapr.com.br.
- **8.2.9 -** Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento a quaisquer das provas resultará na eliminação automática.
- **8.3** Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.
- 8.3.1 A condição de saúde do candidato no dia da aplicação das provas será de sua exclusiva responsabilidade.
- **8.3.2 -** Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário.
- **8.3.3 -** Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.
- **8.3.4 -** No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 8.3.5 As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura óptica.
- **8.3.6** As respostas das provas objetivas deverão ser transcritas a caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta para a Folha de Respostas, que é o único documento válido para correção eletrônica. Não haverá substituição da Folha de Respostas ou de qualquer outro material, exceto por ocorrência de responsabilidade exclusiva da Administração ou da organização do Concurso Público, sendo da responsabilidade exclusiva do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, emenda ou rasura, ainda que legível e serão consideradas ERRADAS, as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.
- **8.3.7 -** A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde que deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, nos termos do edital **(Anexo IV)**, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará a prova.
- **8.3.8** Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim no ato da inscrição. Nesse caso, se deferido o seu pedido, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado pela coordenação do Concurso Público.
- **8.3.9 –** A Excelência Seleções não se responsabiliza por pertences dos candidatos na realização das fases do concurso, por este motivo orienta a não levar consigo objetos pessoais.

9 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

- **9.1 -** A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em 02 (duas) listas, contendo a Primeira Lista Geral dos candidatos classificados, e Segunda Lista somente a classificação das Pessoas com Deficiência.
- 9.2 Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da





lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso – candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:

- 9.2.1 Obtiver o maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos.
- 9.2.2 Obtiver o maior número de pontos na Prova de Português.
- 9.2.3 O candidato com maior idade, não alcançados pelo Estatuto do Idoso.
- **9.3 -** O Resultado Final do Concurso Público será publicado no site www.institutoexcelenciapr.com.br e no Diário Oficial do Município.

10 - DOS RECURSOS

- **10.1 -** Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto de recurso contra todas as decisões proferidas no decorrer do processo que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, em especial em relação quanto:
- a) Divulgação do edital de abertura.
- b) Divulgação do indeferimento das inscrições.
- c) Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva.
- d) Divulgação da classificação preliminar após Prova Objetiva.
- 10.2 Os recursos deverão ser apresentados dentro do prazo estabelecido no item 10.1.
- **10.2.1 -** Os candidatos deverão acessar o site www.institutoexcelenciapr.com.br e protocolar seu recurso no link específico para tal.
- **10.2.2** Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento referido nas alíneas do **item 10.1**, devendo o candidato argumentar em cada recurso toda a matéria que entender ser de direito.
- **10.2.3 -** Os recursos devem ser apresentados com fundamentação lógica e consistente, mencionando a bibliografia consultada.
- **10.2.4 -** Não serão aceitos recursos enviados por fax, e-mail ou qualquer outro meio que não seja o previsto neste Edital.
- **10.3 -** A banca examinadora do Concurso Público constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- **10.3.1 -** O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação do recurso.
- **10.3.2 -** O Gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.
- **10.3.3 -** Na ocorrência do disposto nos itens **10.3.1 e 10.3.2**, poderá haver, eventualmente, alterações da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.
- 10.3.4 Serão indeferidos os recursos que não atenderem aos dispositivos aqui estabelecidos.
- **10.3.5 -** O prazo para interposição de recursos é preclusivo e comum a todos os candidatos.
- **10.4 -** Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas.
- **10.4.1 -** O parecer contendo a decisão relativa ao recurso estará à disposição do candidato recorrente, até a data de homologação. Sendo que os resultados e as respostas dos recursos serão divulgados na internet no site www.institutoexcelenciapr.com.br no "Área do Candidato", e procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

11 - DA NOMEAÇÃO

- 11.1 A convocação para nomeação será feita através de publicação no diário oficial do município e pelo site da Prefeitura de Taubaté, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade da Prefeitura do Município de Taubaté, dentro do prazo de validade do Concurso Público, por tempo determinado, com base no inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal.
- **11.2 -** A simples aprovação no Concurso Público não gera direito à nomeação, pois a Prefeitura do Município de Taubaté SP convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.
- 11.3 Caso o candidato convocado possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma





do artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

- 11.4 O candidato deve ter o prazo de convocação para manifestar interesse na vaga e para apresentar os documentos de comprovação dos requisitos mínimos e de investidura no cargo, sendo (original e cópia): RG, CPF, cartão SUS, título de eleitor, declaração de quitação eleitoral (emitida pelo TSE); PIS/PASEP (documento emitido pela CEF ou BB); reservista, se do sexo masculino; certidão de nascimento/casamento; certidão dos filhos menores de 18 anos; carteira de vacinação atualizada dos filhos menores de 7 anos; RG, CPF, PIS/PASEP e cartão SUS dos dependentes, declaração de Qualificação Cadastral regular (emitida pelo portal do eSocial) atestado de antecedentes criminais (emitido pela Polícia Civil ou Federal); diploma exigido no edital; comprovante de residência; 4 fotos 3x4 recentes, coloridas e iguais e Carteira do Órgão do Conselho de Classe.
- **11.5 -** O prazo que o candidato terá para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação será de 05 (cinco) dias úteis.
- **11.6** Caso haja necessidade, a Prefeitura do Município de Taubaté SP poderá solicitar outros documentos complementares.
- **11.7** A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
- 11.8 Por ocasião da nomeação, o candidato aprovado no Concurso Público fica sujeito ao regime empregatício adotado pela Prefeitura do Município de Taubaté SP e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do cargo/emprego, nos termos deste documento.
- **11.9 -** O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.
- **11.10 -** O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Concurso Público.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- **12.1 -** Todas as informações referentes à realização do Concurso Público serão fornecidas pela empresa **Excelência Seleções Ltda ME**.
- 12.2 O prazo de validade do presente Concurso Público será de 02 (dois) anos, contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da Administração.
- **12.3 -** A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital.
- **12.4** A Prefeitura Municipal de Taubaté SP e a Excelência Seleções não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.
- 12.5 A aprovação no Concurso Público assegura direito à nomeação até o número de vagas previstas, e esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, o prazo de validade do concurso e limites de vagas existentes, bem como as que vierem a vagar ou que forem criadas posteriormente. Isto vale dizer que a administração poderá nomear candidatos aprovados além das vagas previstas no (Item 1.1), obedecendo sempre à ordem final de classificação.
- 12.6 Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela empresa Excelência Seleções.
- **12.7 -** Também integram este Edital de Concurso Público os anexos:

Anexo I: Descrições dos cargos

Anexo II: Conteúdo Programático

Anexo III: Tipos de Provas, Quantidade de Questões e Pontuação.

Anexo IV: Formulário de Candidato com Deficiência/Atendimento Especial/Lactante.

Anexo V: Requerimento de Solicitação da Isenção da Taxa de Inscrição.

12.8- Quando da necessidade de contratação de acordo com os termos da Lei complementar nº 361/2015 (vagas temporárias), poderá o candidato devidamente habilitado no certame ser convocado para o preenchimento da mesma, sem prejuízo da nomeação para o cargo, conforme previsto no capítulo 11.

12.9- Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final.





Taubaté, 01 de Outubro de 2019.

Walter Thaumaturgo Neto

Presidente da Comissão Permanente do Concurso Público.





ANEXO I - DESCRIÇÕES DOS CARGOS

AUDITOR JUNIOR

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO CARGO:

Auxilia o Auditor Pleno na execução de programas de auditoria interna de gestão, de sistemas de informação, ambiental, de procedimentos e controle internos, recomendando medidas de correção, otimização e aprimoramentos dos trabalhos. Executa outras atividades correlatas.

AUDITOR PLENO

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO CARGO:

Supervisiona e executa programas de auditoria interna de gestão, de sistemas de informação, ambiental, de procedimentos e controle internos, recomendando medidas de correção, otimização e aprimoramento dos trabalhos. Executa outras atividades correlatas.

DENTISTA PSF

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO CARGO:

Diagnostica e trata afecções da boca, dentes e região maxilo facial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos, para promover e recuperar a saúde bucal. Realiza prevenção em saúde bucal junto à comunidade abrangida pela área de atuação da equipe de saúde da família, através de palestras e ações específicas. Executa outras atividades correlatas.

MÉDICO NECROPSISTA

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO CARGO:

Presta assistência a população, diagnosticando os problemas causados pelo fato ocorrido, no que diz respeito à causa da morte do indivíduo. Procede o exame do cadáver, suas vísceras. Elabora o relatório da necropsia. Encaminha o material retirado para exame histopatológico. Emite declaração de óbito. Executa outras atividades correlatas.





ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS - ENSINO SUPERIOR:

- 1. Leitura e interpretação de textos literários e não literários descrição, narração, dissertação, etc. 2. Figuras de linguagem.
- 3. Fonética: Encontros vocálicos ditongo, tritongo, hiato. Encontros consonantais. Dígrafos.
- 4. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Divisão silábica. Sílaba tônica.
- 5. Classificação das palavras quanto ao acento tônico oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas. Ortoépia. Prosódia.
- 6. Ortografia. Acentuação Gráfica. Crase. Notações léxicas.
- 7. Morfologia: Estrutura das palavras raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas.
- 8. Formação das palavras derivação, composição, redução, hibridismos.
- 9. Sufixos. Prefixos. Radicais.
- 10. Classificação e flexão das palavras substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, etc.
- 11. Semântica: Significação das palavras sinônimos e antônimos.
- 12. Análise sintática frase, oração e período. Termos Essenciais da Oração sujeito, predicado.
- 13. Termos integrantes e acessórios da oração objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto, vocativo, etc.
- 14. Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas, etc.
- 15. Sinais de Pontuação emprego da vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo.
- 16. Sintaxe de concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.
- 17. Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

- 1. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa Domingos Paschoal Cegalla (Companhia Editora Nacional, 2000).
- 2. Moderna Gramática Portuguesa Evanildo Bechara (Ed. Lucerna, 2001).
- 3. Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos (Publifolha, 2011).
- 4. Dicionário Online Michaelis (http://michaelis.uol.com.br).

Sites para estudo do conteúdo:

- 1. www.portugues.com.br.
- 2. www.soportugues.com.br
- 3. www.brasilescola.com.br/portugues,
- 4. www.conjugação.com.br

MATEMÁTICA ENSINO SUPERIOR

- 1. Números Naturais e sistemas de numeração decimal.
- 2. Números racionais.
- 3. Operações com números naturais.
- 4. Adição, subtração, multiplicação e divisão.
- 5. Espaço e forma, grandezas e medidas.
- 6. Expressões numéricas, múltiplo.
- 7. Resolução de problemas, sistema de numeração decimal.
- 8. Raízes.
- 9. Proporcionalidade entre seguimentos.
- 10. Semelhança de figuras.
- 11. Formas geométricas.





- 12. Medidas de comprimento.
- 13. Ângulos e retas.
- 14. Números primos.
- 15. Medidas de tempo.
- 16. Polígonos.
- 17. Frações.
- 18. Triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade.
- 19. Porcentagem.
- 20. Medidas de superfície.
- 21. Gráficos e tabelas.
- 22. Simetria e medidas de massa.
- 23. Álgebra.
- 24. Trigonometria, geometria, geometria analítica
- 25. Equações de primeiro e segundo grau.
- 26. Noções de estatística.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

- 1.BARROSO, Juliani Matsubara. Conexões com a Matemática. Editora Moderna, 2010, São Paulo.
- 2.GIOVANNI, José Ruy & BONJORNO, José Roberto. 2. Matemática: Uma nova abordagem. São Paulo: FTD, v.1, 2000.
- 3.SOUZA, Joanir Roberto de. Matemática. Editora FTD, 2010, São Paulo.
- 4. SOUZA, Maria Helena & SPINELLI, Walter. Matemática. São Paulo: Ativa, v.6, 1999.

INFORMÁTICA - SUPERIOR:

- 1. Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações: ambiente Microsoft Office, BR Office.
- 2. Sistemas operacionais: Windows e LINUX.
- 3. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet.
- 4. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.
- 5. Certificação e assinatura digital.
- 6. Segurança da Informação.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

- 1. H.L. CAPRON, J.A. JOHNSON, Introdução a Informática. 8ª ed. Pearson Education, 2008.
- 2. MEIRELLES, F. Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores. 2ª ed. Editora Makron Books, 2004.
- 3. BRAGA, W. OpenOffice Calc & Writer Passo a Passo: Tutorial de Instalaçõ do OpenOffice. Editora AltaBooks, 2005.
- 4. PEOPLE EDUCATION, Apostila de Word, Power Point e Excel User Specialist 2003.
- 5. NORTON, P. Introdução à Informática. Editora Pearson Education, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUDITOR JUNIOR

- 1. Conceitos de Auditoria. Formas e tipos de Auditoria. Auditoria nas Organizações. Normas Técnicas e Profissionais. Planeiamento de Auditoria.
- 2. Constituição Federal de 1988 e leis: Lei Federal nº 4.320/64. 7. Lei Federal nº 8.666/1993. 8. Lei Federal nº10.520/2002.
- 3. Juros Simples e Compostos, Taxas de Juros, Desconto, Equivalência de Capitais, Anuidades e Sistemas de Amortização.
- 4. Gestão de pessoas: estilos de liderança; gestão por competências; Avaliação de desempenho; trabalho em equipe; motivação.
- 5. Comunicação organizacional: habilidades e elementos da comunicação.
- 6. Modelos teóricos de Administração Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial.





- 7. O processo de modernização da Administração Pública.
- 8. Ética no exercício da função pública. Ciclo orçamentário.
- 9. Os poderes do Estado e as respectivas funções.
- 10. Teoria geral do Estado.
- 11. Direitos e garantias fundamentais.
- 12. A defesa do Estado e das instituições democráticas.
- 13. Organização dos Poderes. O Poder Legislativo. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno. Tribunal de Contas da União. O Poder Executivo e o Poder Judiciário. O Ministério Público.
- 14. Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.
- 15. Intervenção do Estado na propriedade privada.
- 16. Responsabilidade civil do Estado.
- 17. Objetivos gerais do auditor independente.
- 18. Amostragem.
- 19. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
- 20. Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil.
- 21. Tratamento de operações de arrendamento mercantil.
- 22. Sistema de contas, contas patrimoniais e de resultado.
- 23. Plano de contas.
- 24. Escrituração: conceito e métodos; partidas dobradas; lançamento contábil rotina, fórmulas; processos de escrituração
- 25. Apuração da receita líquida, do lucro bruto e do resultado do exercício, antes e depois da provisão para o Imposto sobre Renda, contribuição social e participações.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

- 1. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti Auditoria Um curso Moderno e Completo. São Paulo, Atlas, 2012.
- 2. CFC NBC TA 230 (R1) Documentação de Auditoria.
- 3. CFC NBC TA 300 (R1) Planejamento de Auditoria de Demonstrações Contábeis.
- 4. CFC NBC TA 320 (R1) Materialidade no Planjemanto da Execução da Auditoria.
- 5. CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2007.
- 6. CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. São Paulo: Atlas, 2007.
- 7. Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).
- 8. SLOMSKI. Valmor. Manual de Contabilidade Pública. Um enfoque na Contabilidade Municipal. São Paulo: Atlas, 2003.

AUDITOR PLENO

- 1. Modelos teóricos de Administração Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial.
- 2. Experiências de reformas administrativas.
- 3. O processo de modernização da Administração Pública.
- 4. Evolução dos modelos/paradigmas de gestão: a nova gestão pública.
- 5. Governabilidade, governança e accountability.
- 6. Governo eletrônico e transparência.
- 7. Qualidade na Administração Pública.
- 8. Novas tecnologias gerenciais e organizacionais e sua aplicação na Administração Pública.
- 9. Gestão Pública empreendedora.
- 10. Ética no exercício da função pública.
- 11. Orçamento público e os parâmetros da política fiscal.
- 12. Ciclo orçamentário.
- 13. Orçamento e gestão das organizações do setor público; características básicas de sistemas orçamentários modernos: estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos (classificações orçamentárias); mensuração de desempenho e controle orçamentário.
- 14. Formas e Tipos: contábil, operacional, de gestão, financeira, patrimonial e de desempenho. 15. Auditoria no Setor Público Federal: Sistemas de Controle Interno e Externo. Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna.





- 16. Normas Relativas à Pessoa do Auditor (independência, conhecimento técnico e capacidade profissional).
- 17. Normas Relativas à Execução do Trabalho e à Opinião do Auditor.
- 18. Objetivos Técnicas e Procedimentos de Auditoria: planejamento dos trabalhos, programa de auditoria, papéis de trabalho, testes de auditoria, amostragem e estatística em auditoria, eventos ou transações subsequentes, revisão analítica, entrevista, conferência de cálculos, confirmação, observação e procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis.
- 19. Relatórios e Certificados de Auditoria.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

- 1. ATTIE W., Auditoria Interna. São Paulo: Atlas, 2000.
- 2.COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Manual de auditoria interna. Brasília, 2007 3.PINHO, Ruth Carvalho de Santana. Fundamentos de auditoria: auditoria contábil: outras aplicações de auditoria. São Paulo: Atlas, 2007.
- 4.SILVA, Moacir Marques da. Curso de auditoria governamental: de acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI. São Paulo. Atlas: 2009. 5.https://portal.tcu.gov.br/
- 6. Portaria-tcu nº 168, de 30 de junho de 2011. Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT).

DENTISTA PSF

- 1. Cariologia.
- 2. Doenças da polpa e dos tecidos periapicais.
- 3. Distúrbios do desenvolvimento das estruturas bucais e para bucais.
- 4. Tumores benignos e malignos da cavidade bucal.
- 5. Tumores das glândulas salivares.
- 6. Cistos e tumores de origem odontogênica.
- 7. Alterações regressivas dos dentes. Infecções bacterianas, virais e micóticas.
- 8. Disseminação das infecções bucais.
- 9. Lesões físicas e químicas da cavidade bucal.
- 10. Manifestações bucais das doenças metabólicas.
- 11. Doenças do periodonto.
- 12. Doenças dos nervos e músculos.
- 13. Técnicas de anestesia regional e local.
- 14. Soluções anestésicas.
- 15. Flúor. Adesão aos tecidos dentários.
- 16. Periodontia aplicada à dentística.
- 17. Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas.
- 18. Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas. Lesões não-cariosas.
- 19. Restaurações adesivas diretas.
- 20. Facetas diretas com resinas compostas. Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay. Facetas de porcelana. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Restaurações em dentes fraturados.
- 21. Materiais odontológicos. Biocompatibilidade dos materiais dentários.
- 22. Materiais de moldagem. Gesso. Resinas para restauração. Amálgama dental. Cimentos odontológicos. Cerâmicas odontológicas. Materiais de acabamento e polimento.
- 23. Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. Tratamento nas lesões cariosas em dentes decíduos.
- 24. Desenvolvimento da oclusão.
- 25. Selantes de fóssulas e fissuras.
- 26. Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia. Avaliação do paciente e proteção pessoal.
- 27. Ética e legislação profissional.
- 28. Diagnóstico e tratamento, técnicas anestésicas intrabucais, anestesiologia para pacientes em condições especiais (hipertenso, diabético, gestantes e crianças), controle da dor e inflamação em





Odontologia, antibioticoterapia.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

- 1. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica, nº 17 Saúde Bucal, 2008.
- 2. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal.
- 3. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos .
- 4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de Especialidades em Saúde Bucal MS, 2008.
- 5. CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Código de Ética Odontológica Aprovado pela Resolução CFO118/2012.
- 6. CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia Resolução CFO nº 63/2005 e suas alterações.

MÉDICO NECROPSISTA

- 1. Anatomia e patologia humana.
- 2. Exame do cadáver e suas vísceras.
- 3. Técnicas de autópsia: conhecimento dos instrumentos utilizados, abertura de tronco e crânio, dissecação de órgãos.
- 4. Técnicas de embalsamento.
- 5. Relatório da necropsia. Preenchimento da declaração de óbito. Aspectos legais e éticos da necropsia.
- 6.Instrumental utilizado em necropsia. Técnicas de necropsia.
- 7. Vias de acesso para o exame odonto-legal.
- 8. Técnicas de conservação de cadáveres.
- 9.Traumatismos contusos. Traumatismos perfurantes. Incisos, cortocontusos e Traumatismos perfurocontusos.
- 10.Lesões provocadas por asfixia. Lesões provocadas por meio físico.
- 11. Achados necroscópicos.
- 12.Tanatologia forense. Sexologia forense. Entomologia forense. Traumatologia forense na Odontologia.
- 13. Necropsia digital.
- 14. Código de Ética

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL SUGERIDA:

- 1. Atlas de Medicina Legal (Luís Eduardo Toledo Avelar, Ed. Medbook, 2013).
- 2. Manual de Técnicas em Necropsia MédicoLegal (Luís Carlos Prestes Jr, Ed. Rubio, 2009).
- 3.Portal "Saúde baseada em evidências" (http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/oministerio/principal/periodicos).
- 4. Processo Ético Profissional (http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/legislacao.asp)





ANEXO III

Prova Objetiva para todos os Cargos → Quantidade de Questões e Pontuação.

DISCIPLINA/CONTEÚDO	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa e Interpretação de	15	2,0	30
Textos			
Informática	10	2,0	20
Matemática	10	2,0	20
Conhecimentos Específicos	15	2,0	30
Total	50		100





ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA CANDID	ATO COM DEFICIÊNCIA LACTANTE		DE CONDIÇÃO ESPEC	CIAL E
Dados do candidato:				
NOME:				
INSCRIÇÃO:		RG:		
CARGO:				
TELEFONE:	CELU	JLAR:		
	~			
CANDIDATA LACTANTE? SIM N				
Se sim, anexar cópia da certidão de n	ascimento da criança.			
CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNO	JA? USIM UNAO			
Se sim, especifique a deficiência:				
Nº do CID:				
Nome do médico que assina do Laudo	J.			
Nº do CRM:				
	01410 0404 05411740			
NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPE				
□SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR □MESA PARA CADEIRANTE	TERREO COM RAMPA)			
SANITÁRIO ADAPTADO PARA CAI	DEIRANTE			
□LEDOR				
□TRANSCRITOR				
□ PROVA EM BRAILE				
│ □PROVA COM FONTE AMPLIADA (F │ □INTERPRETE DE LIBRAS	-UNTETAWANTO 24)			
OUTRA.QUAL?				
ATENÇÃO: Esta declaração e a cópia	a do respectivo Laudo Mé	édico deverão ser	encaminhados via Sed	ex ou carta
com aviso de recebimento para a em	npresa para Excelência S	Seleções Ltda. – I	ME, Rua Arapongas, 60), Zona 08,
Cep-87.050-420, Maringá/PR, até o úl	ltimo dia do período de in	scrição, conforme	disposto no Edital.	
Taubaté - SP, de	de 2019			
radbate - Sr , de	ue 2019.			
	_			
Assinatura do candidato				
				7
Assinatura do Responsável p/ recebim	nento			





Uso exclusivo da Excelência Seleções

ANEXO V

MODELO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu,					, inscrito(a	a) no CPf
			Identidade nº			
		, venh	o requerer isenção de	o pagamento da	taxa de ins	scrição do
concurso nº 01	1/2019, para o	cargo de				, de
Taubaté/SP, na	condição de <u>de</u>	sempregado , po	ois preencho os requis	itos do DECRETO	O nº 14.389,	de 29 de
novembro de 201	18, do Município	de Taubaté, esta	do de São Paulo.			
Declaro, neste	ato, que a info	rmação aqui pr	estada é a mais abs	oluta expressão	da verdade	, estando
ciente que, caso	o contrário, esta	rei sujeito à pen	a de eliminação do co	oncurso público.		
Taubaté/SP,	de	(de 2019.			
		Assir	natura do candidato			
		Assinatura do	Responsável p/ recebin	nento		
						7